

A Fragilidade da(s) Humanidade(s)

José António Domingues e José Maria Silva Rosa (eds.)
Covilhã-Lisboa: Departamento de Comunicação, Filosofia
e Política da Universidade da Beira Interior/Theya Editores, 2023

EDITORES

José António Domingues e José Maria Silva Rosa

EDIÇÃO

Departamento de Comunicação, Filosofia e Política
da Universidade da Beira Interior e Theya Editores

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Susana Mourato Alves-Jesus

DESIGN, DESENHOS E PAGINAÇÃO

Carolina Grilo

FOTOGRAFIA DA CAPA

William Randles, via Unsplash.com

IMPRESSÃO

ARTIPOL

ISBN

978-989-9012-84-4

DEPÓSITO LEGAL

521879/23

DATA DA EDIÇÃO

2023

Os textos da presente edição encontram-se redigidos em norma ortográfica variável
(Acordo Ortográfico de 1990 e anterior AO).

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO, FILOSOFIA E POLÍTICA DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

THEYA EDITORES - CEG-CIPSH-UAB

Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes - IECCPMA

Rua Ladislau Patrício, 8, 1.º A | 1750-136 Lisboa

(00351) 969 977 702 | theyaeditores@gmail.com | <http://theya-ed.org/>

CÁTEDRA CIPSH DE ESTUDOS GLOBAIS - CEG-CIPSH-UAB
Palácio Ceia: Rua da Escola Politécnica, 147 | 1269-001 Lisboa



Tributo do Departamento de Comunicação, Filosofia e Política (DCFP)
nos 20 ANOS DA FACULDADE DE ARTES E LETRAS
DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

A Fragilidade DA(S) HUMANIDADE(S)

JOSÉ ANTÓNIO DOMINGUES

JOSÉ MARIA SILVA ROSA

EDITORES

2023

Covilhã-Lisboa

Universidade da Beira Interior



Certamente a ciência e a técnica alargam de forma admirável a liberdade do homem face aos condicionalismos impostos pela natureza, mas pensar que essa liberdade pode ser total, que pode significar a libertação da morte e obter uma condição divina, é, e novamente o repito, não só ficção pretensiosa, mas, mais do que isso, uma concepção errada do que é ser humano. A ciência não dá sentido à vida. Pior ainda, a ciência ao tornar-se cientologia pode obliterar a própria essência do humano, nomeadamente a busca incessante do sentido e a interrogação constante sobre o sentido do agir e da vida.

Voltando à morte e à imortalidade, encontramos desde há meio século na grande mentira que é a ocultação social da morte ou a sua medicalização.²¹ Em vez de nos tornarmos imortais, escondemos a morte, tratando os moribundos como antigamente os leprosos, afastando-os do seu ambiente familiar e social, e enviando-os para os hospitais, tornados, nestes casos, em antecâmaras das morgues. É uma higienização ou industrialização da morte, brutalmente desumana. Na verdade, nos hospitais tratam-se doentes, mas o envelhecimento não é uma doença e a morte natural não é uma falha médica.

Contingente é a vida e cabe às humanidades olhar de frente tal contingência e ensinar-nos de novo a *ars moriendi* para melhor vivermos.

²¹ Philippe Ariès, 1981, *The Hour of Our Death*, Toronto: Random House.

O Estudo da Política em Tempos de Incerteza

BRUNO FERREIRA COSTA

PRAXIS – Centro de Filosofia, Política e Cultura

Nota Introdutória

A investigação científica constitui um dos alicerces fundamentais para o estudo do funcionamento da sociedade. Numa altura em que os desafios da sustentabilidade, da segurança e da promoção da igualdade correspondem a eixos de ação de qualquer organização política ou social, importa refletir sobre as relações de poder e os caminhos possíveis para a afirmação do estudo dos fenómenos políticos.

Neste espaço de delimitação de objetivos e de identificação dos valores que caracterizam as nossas sociedades, importa delimitar as balizas e as bases em que o conhecimento científico é construído. Sem esta estruturação, corremos o risco de mergulhar num vazio, construindo relatos esporádicos e individualizados das vivências comuns, incapazes de olhar o mundo de um modo transversal. A construção do conhecimento não se pode coadunar com isolamentos ideológicos, com limitações metodológicas, com barreiras científicas ou disciplinares. A interdependência é uma das características e condições essenciais para a afirmação da construção do conhecimento científico nos dias de hoje e para a afirmação da missão da Universidade.

Num mundo em profunda e constante transformação, tendo em conta a proliferação de estudos científicos e produção académica, qual o espaço para a sistematização das ideias? Qual o espaço para a aplicação do conhecimento produzido no delinear das políticas públicas? Como contrariar algumas tendências de construção de divisões científicas em detrimento de uma multidisciplinaridade fundamental para a execução da missão da Universidade? Qual o espaço para a investigação dos fenómenos políticos com o recurso à língua portuguesa, perante a globalização do saber?

Como valorizar os clássicos sem correr o risco de falhar a compreensão da sociedade e dos saberes característicos dos tempos modernos?

A presente reflexão vai ao encontro dos desafios de conciliar diversos modelos de investigação e estudo dos fenómenos políticos, bem como no caminho de contribuir para a necessidade de um debate mais amplo sobre a quantificação das ciências sociais em detrimento de balizas teóricas e normativas fundamentais para a compreensão da política. Mais do que estabelecer considerações absolutas, propomo-nos a revisitar o processo de autonomização da Ciência Política, bem como refletir sobre os principais paradigmas da disciplina e a crescente complexidade da relação entre os agentes envolvidos na dinâmica do poder.

1. A autonomização da Ciência Política

Abordar a evolução de uma disciplina científica representa, naturalmente, uma tarefa árdua. Procurar sistematizar essa disciplina num espaço limitado constitui uma ousadia, no entanto, a necessidade de simplificar processos, bem como a necessidade de caminhar para uma generalização do acesso ao conhecimento científico conduz ao propósito de abraçar esse desafio e refletir sobre os passos adotados pela Ciência Política. Esse desafio implica, igualmente, a adoção de uma linguagem acessível, despida de floreios e cânones científicos incompreensíveis ao comum cidadão, cumprindo um dos propósitos centrais da investigação, o conhecimento se transformar em senso comum (Sousa Santos, 2010).

Este caminho sinuoso reflete a necessidade de abordar a história do nascimento, a evolução e o processo de autonomização da Ciência Política. Parte desta conceção radica na perspetiva defendida por Gianfranco Pasquino (2012: 12), segundo o qual a Ciência Política pode “orgulhar-se simultaneamente de raízes profundas num passado longínquo e de origens recentes”, pelo que se torna contraproducente considerar os trâmites atuais da disciplina de uma forma isolada da evolução da disciplina, nomeadamente das raízes existentes na Grécia Antiga.

Este é um processo contínuo, de debate e reflexão sobre os conceitos centrais da disciplina, sendo importante assumir que o pensamento político está enraizado e remonta aos primórdios da Humanidade, embora

a sua afirmação junto da Academia resulte de um processo bem mais recente e assente nas modernas conceções das ciências sociais.

Desde a conceção inicial, com a análise do objeto (o que é a política?) e do método (o que é a ciência?), até às visões mais recentes, cuja ênfase é atribuída a uma nova perspetiva do objeto de estudo, várias foram as linhas de pensamento político e social que contribuíram para a afirmação e consolidação da Ciência Política como disciplina autónoma. Refira-se, que o objetivo principal passava por adquirir uma autonomia face às disciplinas e áreas do saber próximas e com as quais a Ciência Política travava a disputa do pensamento político, tais como a Filosofia Política, o Direito Constitucional, a História das Doutrinas e das Ideias Políticas, a Antropologia ou a Sociologia.

De facto, a Ciência Política distingue-se das demais ciências sociais, bem como não pode ser confundida com as ditas ciências políticas. Numa perspetiva sequencial, diríamos que a Ciência Política se insere no grupo das ciências políticas, sendo que estas pertencem ao grupo das ciências sociais. A primeira reflexão incide, precisamente, sobre a nossa conceção de ciência, cujo âmbito radica na questão da objetividade, ou seja, na análise dos factos sociais e políticos desvinculada de juízos de valor ou preconceitos. Este princípio torna-se central para, utilizando um determinado método (um caminho), se verificar os factos.

Estamos perante a assunção do princípio da neutralidade axiológica, ou seja, a análise dos factos baseada na isenção e na imparcialidade. Um caminho que olha para os fenómenos sociais não numa perspetiva idealista, mas sim realista. Esta neutralidade não pode ser constatada apenas na análise, mas também nas técnicas utilizadas, ou seja, registando-se a neutralidade metodológica.

Deste modo, o investigador adota uma posição neutra face aos valores presentes/identificados na investigação. Esta questão é fulcral a toda a análise, uma vez que nas ciências sociais muitos investigadores recusam a ideia de ser possível abordar os fenómenos sociais e políticos sem juízos pré-concebidos ou sem ser condicionado/influenciado por experiências passadas ou o ambiente que o rodeia. Estamos perante um dos principais desafios da reflexão em torno da construção da ciência, ou seja, um meio

termo entre os critérios que balizam a possibilidade de fazer ciência no domínio das ciências sociais, com uma metodologia própria e a delimitação concreta do objeto de estudo, mas ao mesmo tempo compreender a destrinça entre as ciências sociais e as ciências naturais e o rigor aplicado a cada uma das áreas do saber.

A Ciência Política adquire um lugar próprio no seio das ciências sociais, conquistando a sua autonomia em virtude da especificidade do seu objeto de estudo e da sua metodologia. A análise longitudinal ao desenvolvimento desta área científica atesta um olhar específico necessário para compreender e explicar os fenómenos sociais e políticos, bem como um conjunto de conceitos próprios da Ciência Política, dificilmente transpostos para outras realidades discursivas.

No que diz respeito à primeira questão que enunciámos (o que é a política), importa verificar que existe um amplo debate sobre o seu significado material e formal, uma vez que esta abordagem permite distinguir a Ciência Política das ciências políticas. De facto, a vertente politológica implica a análise do “político pelo político”, adotando uma determinada perspetiva através da qual se analisa o objeto de estudo (o poder ou o Estado). No entanto, a definição do objeto de estudo depende, de forma significativa e sistemática, do paradigma prevalecente à época, pelo que o contexto (temporal e espacial) em que se estuda os fenómenos políticos influencia as perspetivas e o prisma de análise.

Partindo de um conjunto de premissas e considerações gerais, e recorrendo ao contributo de Sousa Lara (2017: 188), compreendemos a Ciência Política como “o ramo de conhecimento que estuda os factos políticos isolados do conjunto dos fenómenos sociais em que se inscrevem”. No entanto, esta visão acabaria por limitar a abrangência do impacto dos factos políticos, uma vez que excluiria uma visão sistémica determinante para compreender a interação entre os vários elementos que compõem a sociedade. Por outro lado, a definição da Ciência Política engloba a observação e análise dos fenómenos políticos, podendo este caminho ser alvo de uma sistematização e comparação permanentes, o que resultaria na criação de um esquema de interpretação dos fenómenos políticos.

Embora seja questionável traçar linhas divisórias absolutas da afirmação de qualquer disciplina científica, em virtude da relevância do processo de construção sequencial e interdisciplinar do conhecimento, verifica-se algum consenso sobre o período em que se verifica a autonomia da Ciência Política das restantes ciências sociais. De facto, a autonomia dá-se em finais do século XIX, tendo para isso contribuído a criação de uma Escola de Ciência Política na Universidade de Columbia em 1880 sob a liderança de John W. Burgess e Nicholas Murray Butler (Nobel da Paz em 1931), num momento em que a ciência política norte-americana representava um espaço único de desenvolvimento da disciplina.

Este período é marcado pela progressiva introdução da Ciência Política a métodos tradicionalmente utilizados pelas ciências naturais, nomeadamente o recurso a métodos empíricos, tais como sondagens, análise de conteúdo ou análises correlacionais e regressivas, visando o desenhar de modelos de explicação dos factos sociais assentes em modelos matemáticos irrefutáveis (ou perduráveis no tempo).

No decurso deste processo de autonomização, importa destacar a classificação apresentada por Charles Merriam (presidente do Departamento de Ciência Política da Universidade de Chicago entre 1923 e 1940) que propôs uma classificação da disciplina baseada em três preceitos centrais: o recurso progressivo a práticas e métodos utilizados pelas ciências sociais, de modo a aprofundar e desenvolver a teoria; a utilização das ciências naturais como elemento inspirador na escolha dos métodos adotados e a observação das ciências naturais como um exemplo prático do rigor científico (Heaney e Hansey, 2006). No entanto, este processo não significaria uma reconfiguração total do modelo reflexivo próprio das ciências sociais, nem um abdicar do debate em torno do significado dos conceitos e a interpretação das relações humanas, antes um caminho coordenado e interdisciplinar, cruzando áreas do conhecimento e olhares distintos sobre a análise e a explicação dos fenómenos políticos.

A este contributo acresce a importante fundação da American Political Science Association (APSA) em 1903 e que conta, atualmente, com mais

de 11000 associados em mais de 100 países²². Os objetivos da fundação mantêm-se atuais, nomeadamente aprofundar o conhecimento sobre a política, a democracia e a cidadania nas diversas regiões do globo, o que privilegia um caminho de desenvolvimento da política comparada.

No entanto, este processo de afirmação e autonomização da disciplina no continente europeu viria a suceder apenas na segunda metade do século XX, após a II Guerra Mundial, destacando-se a diversidade na análise e nos pressupostos de autonomização da Ciência Política. A resistência à autonomização de qualquer disciplina científica acaba por ser compreensível, uma vez que estes processos desafiam estruturas e saberes construídos ao longo de séculos, bem como alteram as concepções que imperavam nos corredores académicos.

No caso da Ciência Política rebate-se a ideia de que a disciplina se reduziria à Teoria Geral do Estado (visão muito presente na tradição germânica), ou estava associada ao Direito Político ou Constitucional (visão muito presente na tradição francesa). Esta última visão viria a ter acolhimento em diversas faculdades de Direito em Portugal, sendo de salientar a posição de Marcelo Rebelo de Sousa (1989: 39), sendo o qual a Ciência Política não se distinguiria “pelos métodos de que se socorre, mas pelo objeto específico dos seus estudos”. Esta visão teria presente a possibilidade de a disciplina recorrer, com eficácia, a outros métodos de investigação, sem isso significar uma perda de identidade e caminho único de afirmação da disciplina.

Por sua vez, a tradição da Ciência Política americana dirigia as suas investigações para a análise e descrição do comportamento político (political behavior), dos processos de governo (decision-making processes), bem como das ideias e crenças políticas (political beliefs) das instituições e dos ordenamentos legais vigentes. Convém referir que o desenvolvimento da Ciência Política americana não foi efetuado de forma isolado, tendo sido influenciado por diversos trabalhos académicos realizados por investigadores americanos em universidades alemãs (onde vigorava maioritariamente o estudo da Ciência Política como a Ciência do Estado).

²² Disponível em: <https://www.apsanet.org/ABOUT/About-APSA>. Consultado a 20 de janeiro de 2021.

Este processo ou marco temporal não pode ser interpretado e analisado sem o contributo dos clássicos gregos e latinos para o estudo da política, num caminho que preconizava uma aproximação à metodologia científica da política. O primeiro contributo surgiu com a classificação tripartida das formas de governo realizada por Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), que através da análise e comparação das constituições existentes à época, registou as diversas formas de governo. Se nesta primeira fase Aristóteles seguiu um critério científico (criou o hábito da observação), baseando a sua investigação numa observação das formas de governo (enumeração e comparação das mesmas), numa segunda fase realizou uma análise valorativa das formas de governo, o que dificultou o processo de consolidação do rigor científico das conclusões apresentadas.

O segundo grande contributo foi protagonizado por Maquiavel (1469-1527), em pleno século XVI, quando efetuou uma classificação das formas de governo preponderantes à época (repúblicas *versus* monarquias), contribuindo, igualmente, para uma importante divisão do pensamento político da teologia. Maquiavel adotou o método objetivo, independentemente das preocupações e valores morais, sendo considerado um dos autores fundamentais para a criação e desenvolvimento do método comparativo histórico.

Constata-se que a Ciência Política sempre se debateu com o confronto de “fronteiras” ou a necessidade de delimitar espaços de afirmação do conhecimento da disciplina, existindo a necessidade de se distanciar de ciências que lhe são próximas, por forma a assegurar o espaço próprio no seio das ciências sociais. Um dos mais objetivos contributos para o esclarecimento e a demarcação das temáticas abordadas pela Ciência Política foi realizado por um conjunto de especialistas reunidos sob a égide da UNESCO (United Nations Education Science and Culture Organization), em 1948. De acordo com a classificação apresentada no relatório “La Science Politique Contemporaine. Contribution à La Recherche, la Méthode e L’Enseignement” a Ciência Política estaria dividida em quatro áreas temáticas, a saber: a Teoria Política; as Instituições Políticas; os Partidos, Grupos e Opinião Pública e as Relações Internacionais (Alain, 1951: 538).

Quadro I – Nomenclatura da Temática da Ciência Política (UNESCO)

<u>Teoria Política</u>	<u>Instituições Políticas</u>	<u>Partidos, Grupos e Opinião Pública</u>	<u>Relações Internacionais</u>
Teoria Política	Constituição	Partidos Políticos	Política Internacional
História das Ideias	Governo Central	Grupos e Associações	Organização Internacional
	Governo Regional e local	Participação do cidadão no Governo e na Administração	Direito Internacional
	Administração Pública	Opinião Pública	
	Instituições Políticas Comparadas		

Fonte: Fernandes, 2008.

Outras classificações foram desenvolvidas, tanto pelas Faculdades de Direito Francesas, como pela APSA. No primeiro caso os programas das universidades francesas sistematizaram a classificação da UNESCO (Teoria e Filosofia Políticas; Instituições Políticas e Sociologia Política). Por sua vez, a proposta apresentada pela APSA consagrava a disciplina em dez subtemas: Teoria e Filosofia Políticas; Partidos Políticos; Opinião Pública; Grupos de Pressão; Poder Legislativo e Legislação; Direito Constitucional e Administrativo; Administração Pública; Economia Política; Relações Internacionais e Instituições Políticas Comparadas.

Convém, no entanto, referir que a Ciência Política foi alargando o seu âmbito de intervenção e envolvimento, pelo que se encontra em constante evolução, não sendo profícuo estabelecer quadros fechados de análise política. Pelo contrário, o caminho assenta numa interligação constante com as demais ciências sociais e um diálogo permanente com as ciências na-

turais, nomeadamente com o trabalho colaborativo ao nível do recurso a determinados métodos de investigação. Esta vertente multidimensional é, igualmente, uma das características da disciplina, o que lhe permite granjear contributos de diversas fontes, bem como espelhar olhares distintos sobre a análise dos fenómenos políticos e sociais.

2. Paradigmas da Ciência Política

A definição do objeto de estudo da Ciência Política depende do paradigma prevaemente à época. De facto, a abordagem ao contexto é determinante para caracterizar as balizas em que se procede à investigação científica, bem como para enquadrar os estudos efetuados num determinado ramo científico. Numa primeira abordagem importa estabelecer que a Ciência Política, ao longo dos tempos, viu alargar o seu objeto de estudo a todos os domínios políticos, ou seja, a todas as situações em que o poder é exercido e se manifesta. Com base na análise dos paradigmas da Ciência Política destacam-se três visões/modelos tradicionais, a saber: o paradigma do poder, o paradigma do Estado e o paradigma do ator.

No que diz respeito ao paradigma do Estado, importa referir que o mesmo se baseia numa perspetiva institucionalista, muito próxima da visão/conceção jurídica do Estado soberano da Idade Média. Neste sentido, o poder é analisado como estando organizado dentro de uma determinada sociedade, não ultrapassando as suas fronteiras de análise para atores que não estejam dotados de poder político nos órgãos de soberania.

Com efeito, tal como afirma Marcel Prélot (1974), a Ciência Política é a ciência do Estado, não em uma visão limitada, mas ampla, uma vez que deve incluir na análise todos os fenómenos paraestatais, infraestatais, interestatais, superestatais ou transestatais. Tal conceção deriva do facto de Prélot considerar que estes fenómenos surgem por referência ao Estado, o que pressupõe a sua inclusão na análise. Ou seja, estamos perante o estudo essencialmente formal do poder político no que diz respeito à sua constituição. Deste modo, a análise assumiria uma vertente maioritariamente descritiva, monográfica e estática, podendo ser efetuada com base num conjunto alargado de textos jurídicos/constitucionais.

O paradigma do Estado foi sofrendo diversas alterações ao longo do século XX, tendo evoluído, em plena década de 1950, para o conceito de sistema político. Para esta visão muito contribuiu o contributo de David Easton, nomeadamente a aplicação, de forma coerente, de diversos parâmetros da perspetiva sistémica na análise política, partindo do pressuposto que é através do poder que se verifica a autonomização da Ciência Política. Este caminho consistiu na aplicação da perspetiva sistémica habitual na área da comunicação ao estudo dos fenómenos políticos, com uma premissa fundamental, o acesso à informação constitui um mecanismo de acesso ao poder.

A ideia central reside na perceção de que o sistema político deve ser compreendido como um conjunto de interações, através das quais se realiza a distribuição/atribuição autoritária de valores (Easton, 1965). O sistema político seria composto por dois ambientes, o interno e o externo. Enquadram-se no primeiro todos os subsistemas que se inserem na mesma sociedade, tais como o sociológico, o religioso, o psicológico, entre outros, enquanto no segundo ambiente se enquadram todos os subsistemas exteriores à sociedade, ou seja, subsistemas que exercem uma influência concreta sobre o funcionamento da sociedade, tais como os sistemas internacionais, os transnacionais ou supranacionais.

Perante esta complexidade e complementaridade de ambientes, Easton desenvolveu dois conceitos centrais para compreender a dinâmica dos sistemas políticos, sempre em constante mudança e interação com o ambiente interno e externo. Este modelo de exigências e apoios corresponde a demandas e solicitações efetuadas ao meio ambiente interno e externo, bem como a reações, manifestações e atitudes de apoio à sociedade global, ao regime e às instituições e autoridades políticas.

Os paradigmas prevalecem na sociedade enquanto permitirem dar resposta às questões e exigências da mesma. O paradigma do Estado foi sendo substituído, de forma progressiva, pelos politólogos, até porque “definir o Estado pela soberania é afirmar que a comunidade internacional é formada por Estados absolutamente independentes uns dos outros, limitados apenas pela sua vontade própria vontade, e que, na comunidade nacional, os outros, estão sempre mais ou menos subordinados ao Estado, nada podendo sem ele” (Fernandes, 2008: 16).

A emergência do paradigma do Poder corresponde a uma visão mais abrangente e dinâmica da Ciência Política, sendo atualmente seguida por inúmeros politólogos. Contudo, convém relembrar que não é uma visão hegemónica ou unânime sobre o processo de autonomização e caracterização da disciplina. A base reside na perspetiva de encarar a política como um meio de adquirir, exercer e manter o poder conquistado (Moreira, 2003), existindo, desde a conceção inicial, a preocupação de distinguir o poder na esfera social do poder na esfera política. Esta preocupação é evidenciada pela necessidade de conceber o poder numa perspetiva tripartida: a sede, a forma e a ideologia.

O poder é encarado como um fenómeno relacional, ou seja, só existe na presença de dois ou mais atores, caracterizando-se pela sua perspetiva assimétrica, em que um dos atores exerce poder sobre o(s) restante(s). Deste modo, pode-se afirmar que a Ciência Política, de acordo com este paradigma, estuda todos os fenómenos em que o poder se manifesta. A análise incide na origem, na natureza, na história, nos fundamentos, nos objetivos e nos efeitos produzidos pelo poder na sociedade, ou seja, não restringe o poder ao Estado, mas alarga-o a todos os grupos da sociedade que se constituam como poder.

Dentro desta perspetiva, há que salientar a emergência dos grupos de interesse e dos grupos de pressão, bem como de organizações não territoriais às quais são concedidas o estatuto de “interlocutor” na disputa pelo poder. Ou seja, a classificação volta a não se fechar em círculos ou caixas ideológicas, mas antes visa compreender a dinâmica do exercício do poder numa escala transversal.

O paradigma do poder ganhou dimensão nos EUA, no entanto, a politologia americana enfatiza a detenção/posse de recursos (idade, rendimento, religião, participação em associações) como forma de aceder ao poder político. Outra questão relevante prende-se com o exercício desse poder, sendo que as teorias pluralistas defendem que o poder se encontra disperso por diversos polos, ou seja, encontra-se difuso, o que obriga a constantes processos de negociação entre as diversas organizações que aspiram ao seu exercício. Recentemente as teorias neo-pluralistas têm destacado a importância dos recursos na distribuição do poder, ou seja,

são os grupos com mais recursos que o detêm. Perante este facto, somos obrigados a concluir que, embora o poder se encontre difuso, o acesso a recursos altera esta visão abrangente.

A dinâmica e a multiplicidade de interpretações sobre o exercício do poder implicam uma análise detalhada sobre os atores que se encontram envolvidos na luta pelo poder. A ênfase dada aos indivíduos ganha especial relevo a partir da década de 1970, embora os modelos de explicação da participação eleitoral sejam anteriores a essa data. Estamos perante a emergência do paradigma do ator individual, sendo importante realizar a distinção entre atitudes e comportamentos. Entendemos como atitudes as predisposições sentidas pelos indivíduos para atuar num determinado modo/sentido, como por exemplo, identificar-se com um partido político ou revelar interesse por questões políticas, enquanto os comportamentos implicam uma ação concreta, como por exemplo, o ato de filiação num partido ou a apresentação de uma candidatura a um cargo político.

O paradigma assenta no reconhecimento da importância da atuação dos indivíduos na sociedade e nas questões políticas em particular. Nesse sentido, recorreu, de forma natural, aos modelos explicativos de participação eleitoral para enquadrar a atuação dos indivíduos no jogo político. De uma forma sucinta, importa referir que existem quatro grandes modelos de explicação da participação eleitoral, a saber: o modelo sociológico, o modelo sociopsicológico, o modelo económico/racional e as teorias sobre as novas clivagens.

Relativamente ao primeiro modelo, o eleitor vota de acordo com as suas características sociais, sendo estes fatores de médio/longo prazo. Os estudos de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1944), Berelson, Lazarsfeld e Mcphee (1954) e Katz e Lazarsfeld (1955) contribuíram, de forma decisiva, para a afirmação de um conjunto amplo de determinantes transformadores das clivagens sociais em clivagens políticas, com os cidadãos a manterem, após o período da campanha eleitoral, o sentido de voto de acordo com a predisposição política inicial.

O modelo sociopsicológico introduz nesta análise a importância das atitudes políticas, constituindo as mesmas um fator de incentivo à participação política e eleitoral. De facto, “a identificação partidária tem um

impacto mobilizador, pois quanto mais forte é essa identificação maior é o «envolvimento político» dos cidadãos e maior é a sua propensão para votar” (Campbell *et al.*, 1960: 96).

Estes modelos salientam a estabilidade em detrimento da mudança, no entanto, a crescente volatilidade eleitoral provocou a necessidade de atualizar as explicações do comportamento eleitoral. O modelo económico inovou, precisamente, ao apresentar os eleitores libertos das determinações sociais e psicológicas. Deste modo, “o indivíduo só age quando o ganho marginal excede o custo marginal” (Downs, 1957a: 7), sendo que para isso efetua uma análise das vantagens e desvantagens que cada solução político-partidária lhe trará em caso de vitória. Este modelo assenta numa hipótese de responsabilização e na existência de eleitores informados e menos influenciados por questões ideológicas.

O quarto modelo destaca o surgimento de novas clivagens, sendo que os eleitores “alinhariam” o seu posicionamento de acordo com os novos sistemas de valores. A evolução da sociedade foi sendo marcada por um amplo debate sobre modelos de governação e a luta por um conjunto de direitos civis, políticos e sociais, sendo que estes valores e estes requisitos influenciam, de forma decisiva, o modelo de organização da sociedade e as preferências dos cidadãos. O surgimento de valores pós-materialistas, tais como a qualidade de vida, a defesa das liberdades individuais ou a proteção do ambiente, vão substituindo a anterior ordenação de prioridades dos cidadãos.

O paradigma do ator coloca a ênfase da análise nas atitudes e comportamento dos indivíduos, sendo que atualmente se verifica uma proliferação de formas de participação política não convencionais, tais como as petições, os abaixo-assinados, as greves, as manifestações ou os movimentos sociais centrados em temas específicos. Estas formas de participação têm substituído as tradicionais formas de participação política, nas quais se destacam a participação eleitoral, a filiação partidária, as iniciativas populares/referendos ou a participação na organização e desenvolvimento de campanhas eleitorais.

A Ciência Política, embora se constitua como uma ciência recente, numa perspetiva comparada, tem sofrido ao longo dos anos diversas mudanças na metodologia prevalecte. Importa referir, no seguimento da com-

preensão da explanação dos modelos de explicação eleitoral, que a perspectiva institucionalista dominou os estudos da Ciência Política até meados da década de 1930, com os estudos a apresentarem uma vertente muito estático-histórica, fatal. Esta perspectiva assenta na visão da sociedade como uma estrutura, uma realidade preordenada, tradutora de valores e princípios (Maltez, 1996).

Baseada nas ideias, a vertente institucionalista, afirma que os “homens representam na vida social o transitório, enquanto as ideias representam o duradouro” (Moreira, 2003: 57). Nesta perspectiva, conclui-se que “o próprio da instituição é a obediência pelo consentimento, decorrente da comunidade de valores dos seus membros e da racionalidade da governação” (Moreira, 2003: 59).

Contudo, esta perspectiva estática foi sendo criticada pela difícil adaptabilidade aos novos fenómenos políticos e às mudanças verificadas com o surgimento dos movimentos extremistas nas décadas de 1920 e 1930. As estruturas e instituições deixaram de ser a explicação lógica dos fenómenos políticos, uma vez que o institucionalismo vigente se baseava em análises textuais, muito conotadas com a visão constitucional do Estado.

A emergência do *behaviorismo* veio colmatar esta falha, destacando-se a importância das teorias sociológicas e psicológicas para a compreensão dos fenómenos políticos. As atitudes e os comportamentos dos indivíduos desempenham, nesta perspectiva, um papel crucial para compreender a dinâmica de funcionamento da sociedade. Com efeito, a Ciência Política dedica-se ao estudo da ação política, valorizando o estatuto de cientificidade da disciplina. Neste domínio predomina a análise empírico-analítica, existindo a preocupação de identificar regularidades e uniformidades na ação política e o recurso sistemático aos métodos quantitativos.

A metodologia do *behaviorismo* assenta num conjunto de pressupostos que importa enumerar, uma vez que os mesmos refutam a análise politológica efetuada durante o paradigma institucionalista. Assim, é possível elencar um conjunto de diretrizes que caracterizam a metodologia, a saber: a necessidade de apostar na neutralidade axiológica; o recurso a abordagens qualitativas e quantitativas para reforçar a abrangência da disciplina; a possibilidade de quantificar os fenómenos observados e a valorização da multidisciplinariedade de análise.

Esta análise não poderia ser desprovida de um contexto institucional, de facto, os paradigmas prevalecem enquanto conseguirem responder aos problemas da sociedade, o que terá permitido um regresso ao estudo das instituições e das estruturas presentes na sociedade, verificando-se, deste modo, a afirmação do novo institucionalismo como paradigma vigente.

Convém salientar que esta visão é, atualmente, predominante no seio da Ciência Política, tendo proliferado os estudos relativos ao impacto das instituições sobre o comportamento político e eleitoral. Ou seja, trata-se de considerar que as instituições restringem/constrangem e, posteriormente, moldam e estruturam as preferências políticas, pelo que o fator indivíduo foi progressivamente substituído pela análise das decisões coletivas. Do mesmo modo se tem procurado estudar formas de intervir nas instituições para promover um maior ativismo dos cidadãos nas decisões políticas.

A análise dos fenómenos políticos implica, naturalmente, uma constante atualização de conhecimentos, bem como uma sistemática aplicação das metodologias e verificação dos resultados. Nenhum paradigma é hegemónico ou exclusivo, pelo que a análise do contexto em que as ações/comportamentos se desenrolam assume um papel crucial na descodificação das suas motivações.

3. O estudo da política em tempos de incerteza

O estudo dos paradigmas e do percurso da Ciência Política permite traçar um quadro geral sobre a abrangência e os propósitos da disciplina, sendo que o caminho de autonomização e adequação da disciplina ao estudo dos fenómenos políticos e sociais decorre do funcionamento e dos desafios que marcam cada período histórico. A proliferação de estudos científicos, a multiplicação de publicações académicas, bem como a velocidade da transmissão e do acesso à informação, constituem desafios complexos para a apresentação de uma sistematização dos propósitos e da abrangência da disciplina. A rapidez com que decorrem os fenómenos políticos e sociais e o impacto dos mesmos sobre a vida dos cidadãos, exige um olhar permanente dos politólogos sobre a sociedade.

De facto, a explosão dos regimes democráticos no decurso do século XX, aliado a uma sociedade civil mais interventiva, dotou a disciplina

de objetos de análise intermináveis, sendo que o olhar da disciplina foi sendo utilizado para complementar análises de outras áreas científicas, ao mesmo tempo que se percorria um caminho específico de definição do campo de estudo da Ciência Política e se definia uma metodologia própria. As múltiplas relações estabelecidas entre os Estados, entre estes e as organizações não estatais, a criação de organizações intergovernamentais e supranacionais, bem como o estudo da evolução da defesa dos direitos dos indivíduos aprofundaram a necessidade de compreender o “olhar” da Ciência Política sobre a vida em comunidade.

A abordagem empírico-quantitativa tem ganho espaço no debate internacional sobre as bases da disciplina, no entanto, o caminho não pode desconsiderar a vertente teórica, normativa e reflexiva que esteve na origem da afirmação da Ciência Política. Como quantificar sem antes definir? Como estabelecer correlações entre variáveis em análise se não temos presente o contexto e a especificidade das relações sociais? Como interpretar os números sem uma sustentada visão teórica sobre a disciplina e as suas raízes?

Num outro ponto de análise, como aceitar um caminho construído sob uma perspetiva ocidental, desconsiderando ou não valorizando o conhecimento científico produzido em outras paragens? De facto, o processo de descolonização da produção do conhecimento científico é um dos maiores desafios atuais da comunidade académica e uma das vertentes mais polémicas no debate político-científico. Neste ponto, a relevância do saber produzido em língua portuguesa constitui uma mais-valia da afirmação da Ciência Política nacional, não podendo o caminho ser de uma aposta única na produção em língua inglesa, desvalorizando uma matriz de pensamento da lusofonia.

Este é um palco determinante para a afirmação e consolidação do saber científico produzido na área da Ciência Política na Universidade da Beira Interior, beneficiando de uma vasta rede de cooperação internacional no âmbito da lusofonia e de uma crescente rede de cooperação no contexto da União Europeia e do programa Erasmus+.

Se o caminho pode ditar a criação de uma área de afirmação específica, “um nicho de mercado”, não podemos deixar de contribuir para reflexões de âmbito mais globais, considerando os temas centrais de discussão e

análise, nomeadamente o funcionamento das democracias, os objetivos do desenvolvimento sustentável, o funcionamento dos sistemas políticos e dos respetivos subsistemas, a relação entre os Estados, a formação de organizações internacionais, os conflitos nacionais, as lutas pela autodeterminação, entre todos os fenómenos que congregam em si a luta pela conquista, pelo exercício e pela manutenção do poder.

Uma verdadeira Universidade global deve ter esse propósito, sendo um agente ativo da mudança e da formação de uma geração mais preparada para enfrentar os desafios da sociedade. Uma Academia que corresponda a estes desafios conseguirá, sempre, estabelecer as pontes entre o saber teórico e o saber empírico, conseguirá mediar os contributos teóricos de diferentes disciplinas, bem como conseguirá caminhar para a sua afirmação como polo de desenvolvimento da região.

Notas finais

A emergência da Ciência Política no quadro das ciências sociais atravessou diversos estágios, desde a profunda integração em outras disciplinas do saber, como a Filosofia ou o Direito, até à sua afirmação como ciência autónoma, com um objeto de estudo específico e uma metodologia própria. Estes são dois pressupostos essenciais para se verificar a autonomia da disciplina, sendo que o processo, embora iniciado na Antiguidade Grega, foi confirmado nos finais do século XIX, nos EUA.

A evolução da Ciência Política está intrinsecamente ligada com a crescente preocupação em analisar os fenómenos políticos e procurar, no seio da luta pelo poder, aspetos que permitam identificar regularidades no comportamento dos atores políticos. Este jogo metodológico enfrenta diversos obstáculos, desde logo pelas características únicas de cada sociedade, de cada comunidade política. De facto, o método comparativo, muito em voga nas ciências sociais, tornou-se uma “ferramenta” referência para abordar os fenómenos políticos, pelo que não poderíamos deixar de mencionar a sua importância do diagnóstico e na avaliação dos comportamentos políticos.

Estando a Ciência Política vulnerável a constantes influências do ambiente societal, verificamos que a sua autonomia é constantemente sujeita a provação, uma vez que é premente encontrar respostas políticas para os

fenómenos políticos. Este é um desafio intemporal da Ciência Política e que se adequa à sua capacidade de adaptação a novas realidades.

No entanto, este caminho não pode ser efetuado por oposição às outras áreas do saber, mas em complementaridade e considerando a necessidade de um diálogo permanente entre as ciências sociais e as ciências naturais, uma vez que o objetivo é comum: a construção de conhecimento que possa servir a comunidade.

Referências bibliográficas

- ALAIN, G. (1951). UNESCO. — La science politique contemporaine. Contribution à la recherche, la méthode, l'enseignement. In: Population, 6.º année, n.º3, 1951. p. 538.
- AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION. Disponível em: <https://www.apsanet.org/ABOUT/About-APSA>. Consultado a 20 de janeiro de 2021.
- BERELSON, B., Lazarsfeld, P.F. & McPhee, W.N. (1954). *Voting: a study of opinion formation in a presidential campaign*. Chicago: Chicago University Press.
- CAMPBELL, A. et al (1960). *The American Voter*. University of Chicago Press. Chicago.
- DOWNS, A. (1957a). *An Economic Theory of Democracy*. New York: HarperCollins Publications.
- EASTON, D. (1965). *A Framework for Political analysis*. New Jersey: Prentice Hall.
- FERNANDES, A. (2008). *Introdução à Ciência Política – teorias, métodos e temáticas*. Porto: Porto Editora.
- HEANEY, M. & Hansen, J. (2006). "Building the Chicago school". *American Political Science Review*, 100, 589-596.
- KATZ, E. & Lazarsfeld, P.F. (1955). *Personal Influence: the party played by people in the flow of mass communications*. Glencoe: Free Press.
- LAZARFELD, P.F., Berelson, B. & Gaudet, H. (1944). *The People's Choice. How the voters make up his mind in a presidential campaign*. New York: Columbia University Press.
- MALTEZ, J. (1996). *Princípios de Ciência Política. Introdução à Teoria Política*. Lisboa: ISCSP.
- MOREIRA, A. (2003). *Ciência Política*. Coimbra: Almedina.
- PASQUINO, G. (2002). *Curso de Ciência Política*. Cascais: Principia.
- PRÉLOT, M. (1974). *A Ciência Política actual*. Lisboa: Bertrand Editora.
- SOUSA LARA, A. (2007). *Ciência Política – Estudo da ordem e da subversão*. Lisboa: ISCSP.
- SOUSA, M. R. (1989). *Ciência Política, conteúdos e métodos*. Coimbra: Coimbra Editora.
- SANTOS, B.S. (2010). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento.

O riso como modo de estigmatização.

Sobre o humor nas teorias da conspiração.

EDUARDO J. M. CAMILO E CATARINA RODRIGUES

LabCom – Comunicação e Artes

Este artigo incide sobre o estatuto do humor na textualidade das teorias da conspiração (TCs) e constitui a adaptação de um trabalho mais aprofundado e empiricamente fundamentado para outra publicação. Decidimos apresentá-lo nesta coletânea por o considerarmos pertinente para a sua temática, pois tanto as TCs como algumas práticas do humor são significativas de uma relação sobredeterminada pelo eixo da estigmatização ou da suspeição inquisitória. Que melhor tópico para refletir numa resenha sobre a 'morte das humanidades' que um ensaio onde se procura descortinar o estatuto de duas práticas de afrontamento e de incriminação, de denuncia e de humilhação do outro? Referimo-nos a certo tipo de humor corrosivo (derisivo e invetivo) e às TCs concebidas nesta reflexão como práticas de cariz panfletário.

A abordagem será assumidamente dedutiva e descritiva e incidirá sobre os fundamentos semióticos subjacentes às estruturas axiológicas e narrativas das TCs e do humor, sempre que possível ilustrados com caricaturas da autoria dos artistas António e André Carrilho. São desenhos que reportam a uma produção satírica publicada na imprensa portuguesa (*Diário de Notícias* e semanário *Expresso*) durante o período de intervenção da "Troika" (2011-2014). Decidimos explorar estes *cartoons* por considerar que ilustram as nossas teses sobre a especificidade agónica das TCs e de alguma expressividade humorística, na perspetiva de serem práticas significativas de quadros de pensamento desconfiado e inquisitorial em que o "outro" é retratado de modo grotesco, desconfigurado, estigmatizado. É o caso de alguns políticos de Portugal e os representantes de organismos da "Troika" (Comunidade Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) acusados (e ridicularizados) de conspiradores e inimigos da Pátria.